

# UM BRASIL DIVIDIDO: CONSEQUÊNCIAS DA FINANCEIRIZAÇÃO E DA CRISE POLÍTICA DAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS NA ECONOMIA

**Lázaro César Dias**

Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. E-mail: lzar.cezar@gmail.com

**Luiza Karla Castilio Camargos**

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. E-mail: luiza.castillio@gmail.com

---

## Resumo

O presente artigo discute aspectos dos principais movimentos políticos dos últimos anos que levaram ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Para tanto, inicialmente apresenta-se um resumo das principais políticas econômicas adotadas pelos últimos presidentes. Em seguida, relacionam-se os conceitos de rentismo, financeirização, neoliberalismo, social-desenvolvimentismo, lulismo e realiza-se um pequeno paralelo com o processo de impeachment da década de 1990.

**Palavras-chave:** Rentismo no Brasil, financeirização, Lulismo, crise econômica, governo de Dilma Rousseff, Michel Temer.

---

## Abstract

The purpose of this article is to discuss the political moves that have driven Brazil to its impeachment process. Therefore, it presents a small resume of the main economic politics adopted by the last presidents. It analyses and associates, in a succinct way, some concepts like "rentism", "financierization", neo-liberalism, social-development, lulismo and it makes a small link with the impeachment process opened in the 90's.

**Keywords:** Rent-seeking in Brazil, financialization, Lulism, economic crisis, Dilma Rousseff's government, Michel Temer.

---

## Introdução

Quando uma crise econômica assola um país, o governo utiliza de políticas fiscais, monetárias e cambiais para tentar manter o equilíbrio entre taxa de juros e nível de renda nacional. O chamado superávit primário, não alcançado nos últimos dois anos, mostra que o país gasta mais que arrecada. Esse fenômeno

acarreta uma série de implicações na economia a curto e longo prazo, pois o governo dependerá do capital de bancos nacionais e estrangeiros para quitar as contas públicas, e nesse sentido endivida-se cada vez mais.

Pode-se observar que o Brasil vem enfrentando uma de suas piores crises econômicas já vividas enquanto democracia. Dados dos últimos relatórios Focus do Banco

Central apontam previsão de contração do PIB (Produto Interno Bruto) de 0,49% e um IPCA de aproximadamente 4,64% para o ano de 2017. As expectativas da inflação para o mercado financeiro giram em torno de 5,95% e uma taxa de desemprego que chega a 10,2%, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Como explicar esses resultados? Cientistas políticos e sociais, que têm estudado a economia brasileira mais a fundo, apontam uma crise política nacional sem precedentes que ocorre há muitos anos; tensões partidárias entre representantes públicos restringem e inibem o poder dos governantes.

### **Objetivo**

O objetivo do artigo é compreender em linhas gerais o desequilíbrio político-nacional através de uma revisão dos principais períodos de tensões partidárias repercutidas na economia brasileira. Busca através da associação de conceitos como financeirização, neoliberalismo, lulismo e rentismo explicar o que levou à grande insatisfação pública pelo governo Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores e o abandono de seus aliados políticos, que se viraram contra a presidente durante seu segundo mandato.

### **Metodologia**

O trabalho trata-se de uma revisão teórica que, a partir da análise de alguns conceitos e fatos históricos recentes, propõe uma interpretação acerca das dificuldades e obstáculos atuais a serem enfrentados pela economia brasileira. Organiza-se no artigo uma linha do tempo das políticas econômicas aplicadas pelos últimos presidentes, Dilma, Lula, e Fernando Henrique Cardoso, e conceitos fundamentais relacionados a esses presidentes;

também apresenta dados atuais do PIB, PIB per capita e superávit/déficit primário dos últimos anos, que explicam parcialmente esse período de crise enfrentado pelos brasileiros.

### **Períodos de Tensões Político-econômicas no Brasil**

Na crise mundial de 1929/30, quando o Brasil passou a ser governado por Getúlio Vargas, os cafeicultores foram peça fundamental na reestruturação econômica. A diminuição abrupta da exportação cafeeira não levou ao desemprego os trabalhadores agrícolas, pois houve repasse da conta do ajuste do setor público e privado ao grosso da população brasileira, visto que os cafeicultores tinham poder sobre os governantes para tal. Na crise da década de 1970, o Brasil encontrava-se em processo de ascensão econômica, com altas taxas de crescimento anuais. A alta repentina nos preços do barril de petróleo fez com que esse crescimento diminuísse subitamente, levando o presidente da época, Ernesto Geisel, a usar de seu II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), composto por políticas fiscais e monetárias, tanto expansionistas quanto de contenções de gastos, para controlar o período de recessão.

Em 1990, Fernando Collor de Mello assume a presidência do país ao vencer uma disputa contra políticos renomados, como Lula e Brizola, e após dois anos de mandato, denúncias diversas de fraudes financeiras vieram à tona. Passeatas multipartidárias encheram as ruas dos grandes centros, e culminaram no afastamento do então presidente. Os planos de estabilização financeira de Collor, operados de forma ousada e irresponsável, fizeram com que já no início de seu governo, o mesmo perdesse credibilidade. Conhecido como Plano Collor, o principal meio de diminuição da inflação no início do ano de

1990 foi o sequestro de liquidez, que bloqueou a poupança dos brasileiros nos bancos.

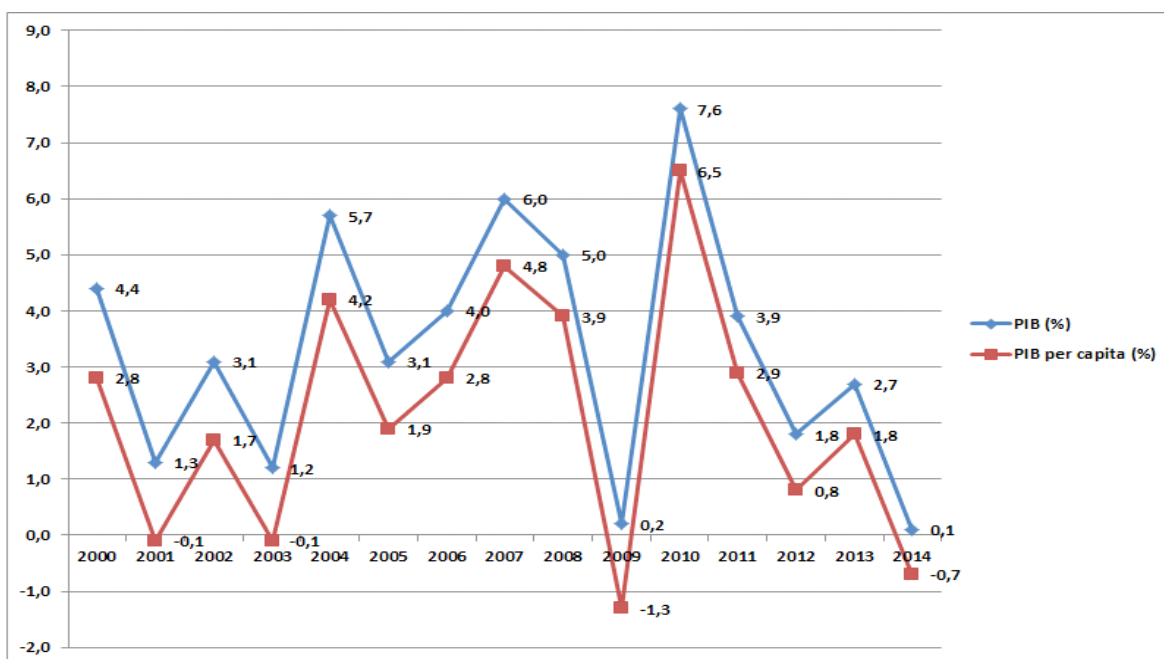
A crise internacional de 2008 afetou o Brasil de forma severa, e os reflexos desta trazem consequências alarmantes para a população desde o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. A grande bolha imobiliária estadunidense e a quebra do banco Lehman Brothers, somados a outros fatores, gerou resultados suficientemente altos para tornar insegura a economia brasileira.

A Constituição em vigor, de 22 de setembro de 1988, permite que no Brasil presidentes sejam afastados, porém só abriu tal processo duas vezes, uma em 1992 com o então presidente do Partido Reconstrução Nacional, Fernando Collor de Mello e outra em 2016, com a presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores. As causas e os mecanismos que levaram à aprovação dos processos são distintas, mas é certo que em

ambos se observa, a priori, uma inquietação política.

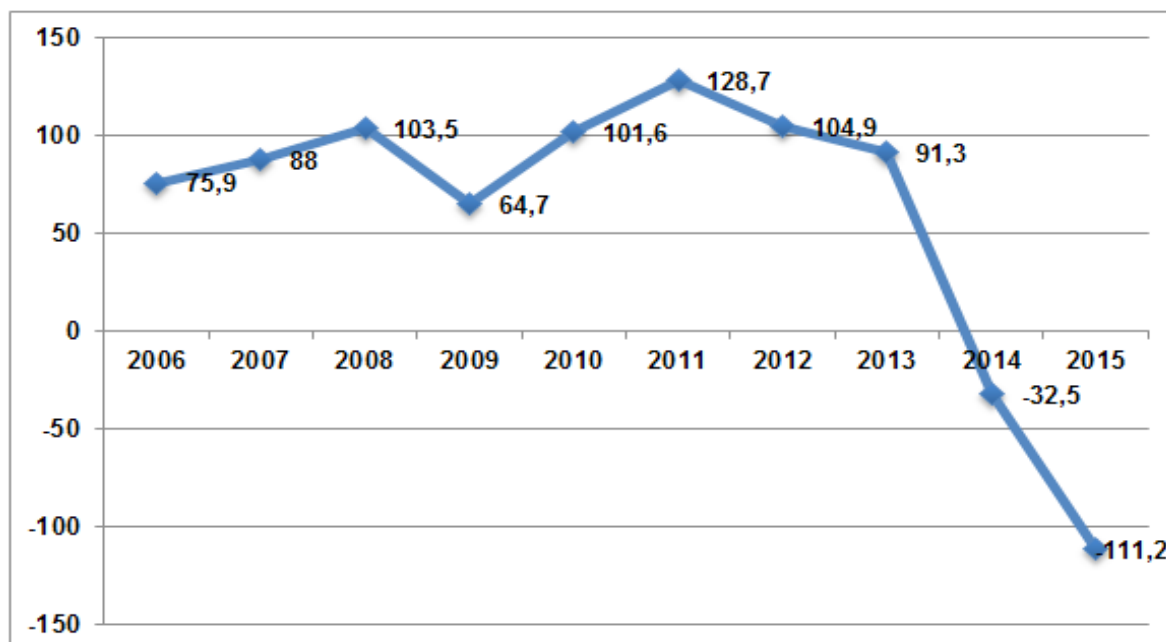
Desde a década passada, vários cientistas políticos insistem que uma reforma política se faz necessária. As tensões que levaram às inúmeras manifestações por todo o Brasil em 2013 mostram que os representantes da política nacional não estão correspondendo às expectativas da população de forma geral. Diversos protestos viraram notícias após a reeleição de Dilma Rousseff. O caráter de cada um desses movimentos não será analisado neste trabalho, mas remetem a um Brasil de extrema instabilidade e nervos alvoroçados, onde o papel dos eleitos nas urnas é questionado e a apatia de um país que na última década usufruiu de um mercado econômico interno e externo mais próspero, se transforma nesse conturbado e questionável processo de impeachment. A seguir, dados do IBGE ilustram o crescimento do PIB per capita ao longo dos anos 2000.

Gráfico 1 – PIB e PIB per capita brasileiro (2000-2014)



Dados: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

Gráfico 2 - Resultado Fiscal em bilhões de reais (2006-2015)



Dados: Banco Central

### Financeirização e rentismo: heranças de uma era neoliberal

Em seu artigo ESTADO, FINANÇAS PÚBLICAS E RENTISMO NO BRASIL DOS ANOS 2000: *simbioses entre a economia e a política*, o autor Felipe Calabrez tenta através de um fragmento explicar as críticas sofridas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde o seu primeiro mandato e atribui aos chamados rentistas a chuva de des(apontamentos) contra o ex-presidente:

Enquanto sinais de paralisia da atividade produtiva e declínio da inflação se tornam cada vez mais enfáticos, autoridades econômicas do governo Luiz Inácio Lula da Silva emitem sinais de que não cederão ao clamor pela redução das insuportáveis taxas de juros vigentes...pouco importa se o pulso da economia desvanece, se a demanda arrefece, se

o desemprego apavora, se a dívida pública e a carga fiscal escalam e as empresas são asfixiadas. O que orienta a lógica de alguns tecnocratas do BC são os modelos armazenados em seus computadores. São eles que parecem ditar os rumos da economia. [...] Manter a economia nos trilhos atuais significa estagnação, desemprego e deterioração da renda, embora agrade àquela fatia francamente minoritária que faz fortunas emprestando dinheiro ao Estado. (CALABREZ, 2014, p. 2)

As tensões políticas são, dessa forma, explicadas por pré-tensões provenientes do mercado financeiro, principalmente em mercados emergentes como é o caso do Brasil (SANTISO, 2003). Calabrez desenvolve e explica esse fenômeno ao longo do seu artigo e denomina essa interação entre política e mercado financeiro, protagonizada pelos rentistas, como simbiose.

Rentismo, como a própria palavra denota, é atrelado a mecanismos de renda, porém não está relacionada à produtividade, mas sim ao mercado financeiro. Após o Plano Real, com Fernando Henrique Cardoso na presidência e uma taxa média de juros de 15,1% ao ano, o Brasil ficou mundialmente conhecido como o defensor das altas taxas, fazendo com que a remuneração advinda desse investimento crescesse de forma considerável no país.

Nos anos posteriores ao Plano de estabilização monetária e desindexação da economia de 1994, o Estado passou a desempenhar um papel de regulador ativo de políticas monetárias e ao mesmo tempo realizou um processo de endividamento externo para financiar algumas empresas que passavam por dificuldades financeiras. As reformas que ficaram conhecidas como ajustes estruturais deixaram para o Brasil pós Plano Real um cenário de endividamento, privatizações, liberalização comercial e abertura financeira.

A dependência direta do Governo na ampliação da dívida pública como financiadora das contas, mostra um desarranjo institucional que, atrelado ao aumento dessa deficiência, foi criando uma teia de déficits fiscais sem previsão da proporção que isso poderia tomar na economia brasileira.

[...] a dívida líquida total do setor público, que em 1994 situava-se em torno de R\$ 153 bilhões – correspondendo a 29,2% do PIB – alcançou, em dezembro de 1998, mais de R\$ 388 bilhões, o que representou 42,6% do PIB, apesar de a União ter arrecadado com as privatizações, nos quatro anos do governo Cardoso, mais de U\$ 46 bilhões. (FILGUEIRAS, 2012, p. 175).

O economista Fernando Nogueira da Costa em recente publicação associa a era dos

rentistas ao enriquecimento de uma pequena parcela da população que se aproveitou das altas taxas de juros para construir suas fortunas. A era posterior a esse período seria o que Nogueira da Costa denomina como período Social desenvolvimentista, comandado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A diferença básica entre os dois períodos está ligada ao processo de democratização do consumo no governo petista e altas taxas de juros na era neoliberal. Os objetivos dos dois grupos são distintos. A classe C, composta por 54% da população brasileira, depende do rendimento do trabalho; enquanto as partes superiores da pirâmide (classes B e A, que correspondem a aproximadamente 25% da população) anseiam por políticas de caráter neoliberal. Os estudos já citados demonstram a crescente participação de capital das classes médias e de empresas em aplicações financeiras ligadas a ativos relacionados à dívida pública. Pode-se dizer então que a classe rentista tem interesses específicos em políticas de caráter de direita, mantendo argumentos a favor do conservadorismo social e do direito individual.

Esse processo de financeirização atrelado ao rentismo vem sido aplicado principalmente pós Plano Real, onde a abertura comercial e a privatização iniciaram o movimento de apropriação de capital do Estado.

O valor da massa de ativos financeiros transacionáveis nos mercados de capitais de todo o mundo saltou de cerca de US\$ 5 trilhões no início dos anos 80 para US\$ 35 trilhões em 1995, segundo as estimativas do BIS. Esta impressionante escalada do volume da riqueza financeira (a um ritmo de pelo menos 15% ao ano) suplantou de longe o crescimento da produção e da acumulação de ativos fixos. (COUTINHO & BELUZZO, 1998, p. 1)

De acordo com Nogueira da Costa, os neoliberais almejam juros cada vez mais altos, ampliando sua riqueza através de ganhos de investimentos em capital financeiro. Mesmo mantendo uma taxa de juros consideravelmente alta, o governo Dilma não fora capaz de realizar os desejos dessa parcela da população que por muitos anos construiu sua riqueza numa política neoliberalista.

A média anual da Selic nominal entre 1995-2014 foi 18,5%; o juro real médio ao ano foi 10,5%, disparadamente, o maior do mundo! E tem neoliberal que, despudoradamente, defende a manutenção dessa política para enriquecer mais a elite socioeconômica à custa do empobrecimento do restante da população. (COSTA, Nogueira da, 2016)

O Brasil vive hoje uma situação onde a taxa de desemprego assusta os trabalhadores que dependem de seu mínimo salário para garantir a subsistência familiar através do consumo. Com uma CLT que protege parcialmente essa classe, fica clara a dependência que essas famílias pobres têm em obter do governo serviços como educação e saúde. O que o país pode esperar nesse momento são tempos difíceis, visto que grandes reformas já estão sendo planejadas e a maior parte delas inclui cortes de gastos exatamente em setores primordiais como saúde e educação.

Em uma situação complexa como essa, cabe aos políticos e ministros escolhidos pelo governo Temer re-avaliar onde e como serão aplicados os recursos públicos, discutir ativamente o que funciona em cada setor e redirecionar os recursos para estes. O caminho é tortuoso e não será fácil, mas é inaceitável imaginar que o governo possa arrancar das classes que pouco tem, o que hoje permite com que elas sobrevivam – trabalho, saúde

e educação. O autor Tarso Genro em artigo, SUBPROTEÇÃO AO TRABALHO NA UTOPIA NEOLIBERAL, indica outras soluções, que protegem a massa trabalhadora, em especial a parcela de terceirizados; e ao mesmo tempo propõe a criação de um Fundo Público Nacional, proveniente dos lucros bilionários do capital financeiro:

Sugiro que devemos ousar propor um novo sistema de tutela legal e proteção social aos trabalhadores terceirizados, como o direito a um salário-mínimo idêntico ao piso salarial das categorias finalísticas na empresa, bem como penso que devemos formular uma proposta de um Fundo Público Nacional, extraído dos lucros do capital financeiro, dos grandes grupos empresariais, dos oligopólios e das grandes fortunas, para complementar uma renda digna aos precários, terceirizados, intermitentes, que agora já são as maiores vítimas da fase mais da dura utopia neoliberal. (GENRO, Tarso. Austeridade para quem?, 2015, p. 35)

### **Lulismo: o retrato do trabalhador**

O Partido dos Trabalhadores não tinha atingido seu público-alvo até as eleições de 2002, e os votos atribuídos ao seu candidato Luiz Inácio Lula da Silva eram divididos entre todas as classes sociais, visto que os votos da população pobre e trabalhadora foram conquistados posteriormente. Quando concorreu contra Collor em 1989, o pernambucano obteve uma grande parcela dos votos da classe média alta e da elite brasileira, enquanto os votos dos pobres eram destinados ao presidente cassado poucos anos depois. Durante as mudanças na legislação trabalhista no fim da década de 70, Lula foi o maior símbolo das greves e protestos, que foram menos aceitos pelos pobres do que

pelos ricos.

O fato de Lula ter perdido os votos da classe média e alta em 2005, foi uma surpresa para os historiadores das vertentes políticas, que atribuíram o acontecimento à crise política que ocorria internamente no Partido dos Trabalhadores, onde Lula ficara sobre pressão durante meses do mesmo ano. Após políticas sociais como Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família, o PT ficou conhecido como o partido das causas sociais, concentrando uma grande parcela de seus votos nas classes mais baixas. Após as eleições de 2006 e do escândalo do mensalão, o voto dos brasileiros ficou ainda mais segmentado.

Por isso, é verdadeira a interpretação de que o Brasil eleitoral se dividiu entre pobres e ricos. A polarização social do pleito deu-se pela implantação de Lula entre os eleitores de baixíssima renda, visível desde o primeiro turno, assim como a de Alckmin, entre os eleitores de renda mais alta. (SINGER, 2009, p. 86).

Na eleição de 2006, a oposição composta por políticos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), não conseguiu convencer os eleitores de que daria continuidade às políticas que conseguiram diminuir a pobreza no país, e o presidente foi eleito com quase 20 milhões de votos de diferença no segundo turno, contradizendo pesquisas eleitorais que demonstravam uma perda de apoio de 40%. No período em que o mensalão virou o foco central do governo Lula, a população de baixíssima renda conseguiu de forma inesperada manter o PT no poder: fenômeno que fora chamado por economistas e historiadores de "fração de classes". Um dos motivos discutidos ao apoio de Lula da classe mais pobre do Brasil, é o fato de que ele fora o presidente de origem

mais humilde a chegar ao topo, o sentimento de empatia somado ao apoio concentrado na erradicação da pobreza extrema deram sentido à governabilidade mantida por 8 anos consecutivos.

Não se sabe ao certo se existe um único motivo para a vitória petista em 2006 ou se vários fatores que correlacionados chegaram a um mesmo ponto, mas o que fica claro é que desde que entrou no comando da presidência do Brasil em 2002, Lula aumentou o poder de compra dos brasileiros menos favorecidos economicamente, aumentou o crédito concedido à essa classe social, formalizou diversas formas de trabalhos e aumentou o salário mínimo, consequentemente alavancando o comércio interno brasileiro. O lulismo, conceito que explica de forma mais clara a tentativa do ex-presidente de fortalecer a economia, sem tirar os olhos da população pobre e sem mudança brusca na ordem pré estabelecida, ainda é fortemente discutido, mas as opiniões formadas sobre o assunto tanto pela esquerda quanto pela direita, dificultam concluir se o que acontece no Brasil hoje poderia ter sido evitado ou, pelo menos, previsto enquanto Lula era presidente.

### **Expansão da financeirização no Brasil**

Relatórios do Banco Central apontam o ano de 2016 como o maior endividamento das famílias dos últimos dez anos, chegando a uma taxa de 46,3% em relação à sua renda obtida nos últimos doze meses. O acesso ao crédito nos últimos anos levou à transferência de renda das famílias, gerando crescimento dos Bancos e dos detentores dos ativos financeiros na economia brasileira. A política econômica do ex-presidente Lula estava associada ao aumento do consumo para geração de renda,



ligada diretamente ao princípio keynesiano onde o aumento da propensão a consumir causa efeito positivo nas variáveis reais da economia. Esse mesmo processo de aumento do consumo gera e gerará tanto tensões na demanda quanto um processo de ampliação de investimentos em produção. O aumento de investimento impulsiona, a posteriori, maiores lucros às empresas e ampliação do seu capital, refletidos em mais confiança em compra de suas ações.

O processo de dependência da política ligada à taxa de juros e câmbio, iniciado já no primeiro governo FHC foi praticada ao longo dos anos do governo petista, como pode se observar nos relatórios do Tesouro que apontam inclusive um aumento na proporção da dívida que o capital estrangeiro detém. Os mesmos dados do Tesouro Nacional apontam que a dívida bruta chegará a 71,9% do PIB (Produto Interno Bruto) no final desse ano de 2016, a maior alta em nove anos. A incapacidade de gerar poupança interna também já é prática recorrente desde o Governo Cardoso.

É preciso notar que o "mercado" não é uma entidade da sociedade civil, mas sim, na realidade, um ínfimo grupo de multimilionários, investidores, especuladores e rentistas, e seus funcionários, quais sejam os chamados economistas-chefe de bancos e fundos, os jornalistas e articulistas de economia, e seus associados no exterior. (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Austeridade para quem? 2015. p. 20)

As políticas do governo FHC adotadas pelo ex-presidente Lula em seus dois mandatos, demonstram claramente uma necessidade de se utilizar de tais manobras, no que se refere à condução do sistema econômico. Embora a era social desenvolvimentista de Lula tenha conseguido reduzir de maneira significativa

a porcentagem das dívidas externa e interna em relação ao PIB, e restringido à metade os juros reais; o processo de deterioração das contas públicas atrelado ao sucesso do sistema financeiro privado, tem se tornado parte da política nacional. Em um país com uma das maiores taxas de juros do mundo, o Estado fica à mercê dos rentistas e de seu capital financeiro, e esses por outro lado "ficam à mercê" da renda gerada pelo resto da sociedade, pois dependem da extração dessa renda para garantir o faturamento em suas aplicações.

O cenário financeiro atual, no governo Temer é de insegurança. Investidores internacionais não sabem se o presidente em exercício adotará políticas de caráter contracionista, que acarretem nos resultados necessários a um país que prevê recessão para os próximos anos. O sucateamento da indústria também é um ponto a ser levado em consideração na elaboração dessas políticas de recuperação, pois este setor que demorou muito a ser desenvolvido no Brasil veio perdendo nos últimos anos sua competitividade.

Em um mercado em crise, é notório que as altas taxas de juros levarão à fuga dos investidores. A ampliação do mercado de demanda será trocada pelo sucesso garantido que tais aplicações financeiras poderão lhe oferecer. A contenção de gastos já proposta anteriormente pelo governo Dilma, o descontrole cambial, alto desemprego, podem ser citados como alguns dos principais fatores que levaram ao descontentamento do governo da ex-presidente. As denúncias de corrupção do partido também foram fundamentais para agravar ainda mais a insatisfação e dar forças aos partidos de oposição durante as votações do processo. O autor Samuel Pinheiro Guimarães aponta que Dilma causou à parcela rentista uma fúria que foi refletida em seus candidatos e representantes nos poderes Legislativo,



## Executivo e Judiciário:

O sistema financeiro e bancário é o principal instrumento de concentração de riqueza no Brasil. Ao reduzir as taxas de juros dos bancos públicos e ao forçar a redução dos juros dos bancos privados que foi logo compensada pelo aumento das "taxas" de administração) a presidenta diminuiu a transferência de riqueza da sociedade e do Estado para os bancos privados, seus acionistas e os detentores de títulos públicos. A presidenta atingiu o cerne do mecanismo de concentração do sistema econômico e provocou a ira dos setores conservadores que hoje pedem a privatização dos bancos públicos. (GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Austeridade para quem?. p. 22)

Analisando o processo de obtenção de renda por parte dos rentistas e o processo de condução da política nacional: alta taxa de juros, câmbio valorizado e necessidade de superávit primário; pode-se explicar em parte o grande descontentamento que é para os que fazem parte desse grupo de investidores confrontar uma situação econômica de baixo crescimento real do PIB, vista nos últimos anos (Governo Dilma Rousseff).

Não atribuo toda a responsabilidade por essa taxa às autoridades monetárias e ao sistema de valores e crenças a que está submetida, mas me parece claro que a ortodoxia convencional e os dirigentes econômicos no Banco Central e no Ministério da Fazenda não têm interesse em baixar a taxa de juros de curto prazo, porque essa diminuição contraria diretamente os interesses dos rentistas e do setor financeiro, que lucram com juros altos, e das empresas multinacionais e

dos concorrentes estrangeiros, que se beneficiam de câmbio baixo. (PEREIRA, Bresser. 2007, p. 208).

Um processo de contenção de gastos agora no país, atinge principalmente e quase que somente a base de nossa pirâmide, que recebe até R\$1000,00. Deve-se discutir nesse momento e com a devida urgência taxações sobre grande fortunas e aplicações financeiras, que permitirão que o governo aplique tais recursos em transferência de renda e investimento em infraestrutura que finalmente estimulará o consumo e o deslocamento da curva de demanda, reavivando a atividade econômica no país. A economista Laura Carvalho também propôs essa discussão em recente estudo:

É nesse contexto que deve ser estimulada a discussão sobre: (1) a criação de um imposto sobre grandes fortunas; (2) o aumento e a federalização do imposto sobre heranças; (3) a criação de uma ou mais faixas adicionais de imposto de renda da pessoa física (IRPF) com alíquota maior, e (4) a cobrança de IRPF sobre lucros e dividendos. Além de tais impostos ajudarem a reverter um processo de perpetuação das desigualdades de renda tal qual apontado por Piketty (2014) em seu best-seller "O Capital no século XXI", estes têm o potencial de gerar um efeito multiplicador à la Haavelmo, já que, a depender da composição dos gastos, permitem uma redistribuição da renda dos que gastam pouco para os que gastam muito. Cada um desses impostos tem vantagens e desvantagens no que tange à sua eficácia no combate às desigualdades e à sua viabilidade política ou facilidade de implementação. (CARVALHO, Laura. Ajustar para crescer. Austeridade para quem?. 2015. p. 115)

Os capitais estrangeiros diretos que em bons momentos somam ao Produto Interno das economias abertas, têm seu fluxo revertido quando os papéis nos quais o capital investido já começam a perder valor. É nesse sentido que o Brasil, em avaliação recente da Agência de Investimento Moody's, perdeu duas colocações e perdeu o título de grau de investimento, dadas as perspectivas de baixo crescimento para os próximos anos e aumento da dívida pública. O movimento de condução da economia de forma muito presa ao capital externo, por meio de políticas cambiais por exemplo, cria no momento de sua implantação a exclusão de recursos que poderiam ser direcionados ao aumento de produtividade, nos quais a parcela majoritária da população aplica sua força de trabalho.

### Conclusão

A crise política que afetou e afeta o PT hoje, não foi solucionada, e o partido veio perdendo credibilidade por esse motivo. Logo no início do segundo mandato de Dilma em 2015, revoltas gerais ocorreram em decorrência de medidas tomadas pela presidente, como decisões contraditórias sobre ministérios, adoção de políticas fiscais que atingiram diretamente a população menos favorecida economicamente e acusações contra seu partido em delações premiadas da operação Lava Jato. A batalha contra o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, também foi um forte agravante à crise, gerando uma situação de desconforto alarmante entre o PT e o PMDB, que eram aliados até pouco antes da aprovação do processo de impeachment. Com o abandono de aliados importantes para a segurança de seu governo, Dilma esteve face a face com a revolta da população, que foi às ruas pedindo pelo seu impeachment.

Em meio a essa turbulência política e financeira, estariam os rentistas, detentores de grandes quantias em ações, investindo no governo Temer como um papel de menor risco? Pode-se dizer que sim. É certo que essa população que está sempre atenta às flutuações do mercado financeiro, é extremamente desconfiada e faz trocas convenientes de acordo com seus interesses.

No mesmo sentido em que capitais investidos na economia brasileira provenientes do setor externo escapam com a mínima inquietude do mercado, o apoio do atual governo vai depender exclusivamente das respostas da economia às suas políticas, que serão cruciais para manter ou não os rentistas satisfeitos com seu investimento. Cabe ao governo Temer então, tentar atender rapidamente a essa parcela da população que almeja seus objetivos específicos. Ao mesmo tempo terá que suportar as inúmeras manifestações dos defensores do ex-governo Dilma, que lutam em prol de sustentar um período no qual a população pobre conquistou, através do trabalho, uma educação e saúde de melhor qualidade, aumentou o consumo e ainda assim foi vencida por um grupo de oposição onde uma elite de acionistas políticos têm dividido o país e vem tentando conter o bem estar social da grande massa trabalhadora brasileira.

Após a decisão pelo segundo impeachment na história do Brasil, a população demonstra insatisfação com o atual governo. O cenário é incerto e a população receosa não consegue vislumbrar um futuro de estabilidade político-econômica. De acordo com o economista Nelson Barbosa, o Brasil terá de passar nos próximos anos por um grande período de reestruturações macroeconômicas, como ajuste e controle de preços, aumento no gasto per capita com saúde e educação,

gastos com tecnologia, diminuição do custo das dívidas estaduais e municipais e o estímulo ao empreendedorismo, para que o Brasil rume em busca de um crescimento que engloba todas as classes sociais.

#### Referências

ABREU, Marcelo de Paiva: *A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

EDUARDO TAVARES. A Evolução do PIB Brasileiro nos Últimos 11 Anos. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/a-evolucao-do-pib-brasileiro>>. Acesso em 28 de julho de 2016.

BELLUZO, L G de Mello; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (Orgs.) *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Roussef*. 1. Ed. São Paulo: Carta Maior, 2015.

BELLUZO; L G de Mello. A crise financeira além da finança. *Revista Tempo do Mundo*, abr. 2010.

VALIA REGINA COSTA KATO. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970) por Octavio Ianni. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/40216/38954>>. Acesso em 29 de junho de 2016.

BRASIL DEBATE. Um retrato da economia brasileira nos últimos anos. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/um-retrato-da-economia-brasileira-nos-ultimos-20-anos/>>. Acesso em 28 de julho 2016.

CALABREZ, Felipe: Estado, Finanças Públicas e Rentismo no Brasil dos Anos 2000: simbioses entre a economia e a política. *Economia e Sociedade*, Campinas, dez. 1998.

CARTA MAIOR. Qual é a crise política brasileira hoje? Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Qual-e-a-crise-politica-brasileira-hoje-%0A/4/33080>>. Acesso em 29

de junho de 2016.

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA. Velha classe média: mobilidade social para classes A e B. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2016/07/17/velha-classe-media-mobilidade-social-para-classes-a-e-b/#more-43539>>. Acesso em 28 de julho de 2016.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga: "Financeirização" da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, p.137-50, dez. 1998.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 7, p. 129-54, dez. 1996.

FILHO, Nelson Barbosa. O desafio macroeconômico de 2015-2018. *Revista de Economia Política*, v. 35, n. 3, p. 403-425, jul-set 2015.

FOCUS: Relatório de Mercado. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20160506.pdf>>. Acesso em 09 de maio de 2016.

Memória Nemesis. Disponível em: <<http://www.memoria.nemesis.org.br/index.php/ppe/article/viewFile/1019/958>>. Acesso em 29 de junho de 2016.

BRASIL. Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L1079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm)>. Acesso em 29 de junho de 2016.

PRAGMATISMO POLÍTICO. As diferenças entre o impeachment de Dilma e o de Collor. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/as-diferencas-entre-o-impeachment-de-dilma-e-o-de-collor.html>>. Acesso em 29 de junho 2016.

SINGER, A. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos*, e. 85, nov. 2009.

**Artigo submetido em outubro de 2016 e aprovado em março de 2017.**